

EDITORIAL

Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento “dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)”¹ e Escola sem Partido

Radiografía del Golpe, neoliberalismo y destrucción del estado, “borradura” de los derechos sociales, Educación Temer(aria) y Escuela Sin Partido

Radiography of the Coup, neoliberalism and destruction of the state, “obliteration” of social rights, Temer(ary) Education and No Party School

Maurício Roberto da Silva
mauransilva@gmail.com

Ivo Dickmann
educador.ivo@unochapeco.edu.br

Maria de Lourdes Bernartt
marialbernartt@gmail.com

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SILVA, M. R.; DICKMANN, I.; BERNARTT, M. L. Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento “dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)”¹ e Escola sem Partido.

Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 7-21, jan./abr. DOI:

*“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei.
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”*
(Poema *Intertexto* de Bertolt Brecht)

Radiografia do Golpe

A editoria da Revista Pedagógica, tem se manifestando, em suas últimas edições, contra o Golpe de Estado, que culminou com impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Neste sentido, vem denunciando o ódio

à democracia, cujos efeitos bombásticos podem ser traduzidos no ódio à cidadania, ódio aos trabalhadores, ódio às minorias. O golpe, portanto, trouxe uma plêiade de barbáries e violências, que se materializaram com o que já evidenciamos em outros editoriais – a cultura do ódio que, por sua vez, caracteriza-se pela intolerância e “ódio à democracia” ou ódio de classe, gênero, raça/etnia, geração e outros, cujo início se dá em junho de 2013 e agudiza em 2016, como veremos adiante. Todo esse processo imposto pela antipolítica vem acompanhado de “fascismo e exceção”, reproduzindo, cotidianamente, repressões, ilegalidades e provocando, assim, as “águas turvas” das tramas e das inseguranças sociais, políticas e jurídicas desde a derrubada da Presidenta Dilma².

Todo esse “saco de maldades” e de ódios vorazes do governo Temer e seus aliados neoliberais e hiperconservadores, consubstancia-se na destruição dos direitos dos trabalhadores que, por sua vez, materializa-se na Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e Terceirização, entre outros

1 BETTO, Frei. **Educação Temer(ária)**. REVISTA CAROS AMIGOS. Ano XIX, n. 239, p.30.

2 REVISTA CAROS AMIGOS, Ano XIX, n. 238, jan. 2017.

3 SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

4 SAKAMOTO, Leonardo. <http://blogdo-sakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/04/16/o-brasil-saudoso-do-passado-propoe-um-golpe-jogar-a-constituicao-no-lixo/?cmpid=copiaecola>

estragos causados à cidadania brasileira. Vale salientar que esse processo de denúncias contra o Golpe, já se iniciara na edição v. 15, n. 30 Jan./Jun. 2013, cujo editorial intitulou-se “As Manifestações Sociais, a Educação Crítica e a necessidade de novas demandas para as Políticas Educacionais”. Naquele ano não ficara muito claro que, ali, demarcava-se o processo do golpe, momento em que nossas análises voltavam-se para o protagonismo dos jovens do Movimento Passe Livre, desviando o foco das nossas lentes para o fato de que, o impeachment começava ali e se consolidava logo depois das eleições de 2014.

No entanto, quando se faz uma “Radiografia do Golpe”, é possível dizer que existe uma relação clara entre as midiaticamente glorificadas pela Rede Globo de televisão ou “partido político da elite do dinheiro” e a federalização das “manifestações de junho de 2013”, também as chamadas de “jornadas de junho” com o golpe de abril de 2016. Isso foi possível porque o Jornal Nacional, da Rede Globo, uma espécie de porta-voz da reação conservadora extraparlamentar que passou a se formar nas ruas do país e só se conclui como impeachment da presidenta eleita.

O processo, chamado de “jornadas de junho”, como já evocamos no parágrafo acima, iniciou-se com a manifestação de alguns milhares de jovens contra o aumento das passagens de ônibus em várias capitais brasileiras, cujo epicentro ocorreu em São Paulo. Como se pode perceber, naquilo que parecia ser um ato protagonizado pelos jovens do MPL, que passaram a manifestar pelo direito ao “passe livre” nas cidades e municípios, tornou-se, a partir daí, um conluio golpista da chamada “mídia ninja” ou mídia burguesa, para iniciar um processo de destruição da democracia³, rasgando a Constituição de 1988, ou seja, “o Brasil saudoso do passado propõe um golpe: jogar a Constituição no lixo” e, com isso, voltar a viver numa verdadeira ditadura⁴. Na verdade, essa trama fascista veio acompanhando todo o processo do golpe, ganhando contornos visíveis e insofismáveis nos atropelos e desrespeito às leis e à Constituição de 1988. Nesses termos, o quadro de violência e destruição da democracia pode ser acompanhado na “mídia golpista”, principalmente, na Rede Globo de Televisão e nas redes sociais. Assim, nas mídias, em geral e, especificamente na mídia golpista, pode-se perceber, também nitidamente, o espetáculo dantesco, caracterizado pelas vistas grossas que o judiciário tem feito às ações como invasões de reuniões de partidos, da escola do MST, das escolas ocupadas por estudantes. Tudo isso é conspirado a partir da autorização judicial para técnicas de tortura, ou mesmo na impunidade de juízes e policiais que se igualam a contraventores e criminosos na sanha quase messiânica – e falso moralista! – do combate à corrupção e ao crime.

A gravidade e repercussões desses tempos difíceis engendrados por todo esse processo destrutivo da Constituição da cidadania pelo governo golpista ultra neoliberal, do Temer, não se verifica apenas numa esfera da vida

social, mas em todas as possíveis dimensões da destruição do Estado brasileiro (política, econômica, cultural, ética e estética). A violência dos estragos desse governo, na vida cotidiana dos brasileiros, pode ser percebida na epígrafe que abre esse editorial. Nela é possível abstrair que, de fato, há, diuturnamente, uma miríade de ameaças, destruições e violências concretas contra os direitos dos trabalhadores (Reforma da Previdência e Trabalhista), as quais prescindem uma enorme demonstração de resistência dos movimentos sociais e sindicais, que já se vislumbra nas ruas e nas redes sociais.

Sobre o neoliberalismo e a destruição do Estado e a violência do “apagamento” dos direitos sociais

As destruições do Estado, nesse governo golpista e suas violências, são engendradas pela simbiose entre conservadorismo e neoliberalismo, podendo ser compreendidas como formas de “violência sistêmica” e “violência objetiva”, ou seja, da “violência inerente a um sistema: não só da violência física, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência”. Trata-se de uma forma de violência real, cujos pressupostos se sustentam a partir da lógica do capital e suas destruições (degradação ecológica, pobreza, direitos dos trabalhadores, entre outras). Nessa mesma direção, podemos dizer que, a violência contra os povos indígenas, o meio ambiente, os negros, mulheres e trabalhadores, em geral, possui em seu bojo um poder, que se consubstancia a partir das “produções simbólicas como instrumento de dominação”⁵, que se traduzem em poder simbólico e, conseqüentemente, da violência simbólica como forma de dominação pela classe dominante. Esse processo se dá como uma forma de imposição e coação, que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada (econômica, social ou simbólica). A violência simbólica pode ser considerada como o meio de exercício do poder simbólico, como instrumento de dominação pela classe dominante, que opera com a possibilidade de as crenças dominantes imporem valores, hábitos e comportamentos sem recorrer necessariamente à agressão física, criando situações onde o indivíduo que sofre a violência simbólica sinte-se inferiorizado⁶.

Esse tipo de violência, fundamentada na pauta ultra neoliberal do governo Temer e seu bando de corruptos, tem como premissa os pressupostos teórico-práticos do capitalismo neoliberal, cuja lógica de mercado privilegia os mais ricos, isto é, as bancadas BBB, do Boi, da Bala e da Bíblia (banqueiros, empresários, ruralistas, religiosos evangélicos e outros) em detrimento dos direitos da classe trabalhadora historicamente empobrecida desde a violência da escravidão no Brasil. Nesses termos, urge salientar que o capitalismo (neoliberalismo), “pode ser visto como

5 BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Russel; Lisboa: DIFEL, 1989, p. 10.

Ver também REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. **EDITORIAL: “Chega” da violência de destruição do Estado, chega do “apagamento” dos direitos sociais e da cidadania! “Vamos à luta”!** V. 29, no. 50 2017

6 *Id. ibid.*



7 IANNI, Otavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização, 2004, p. 9.

8 Elaborado pelo economista norte-americano John Williamson, o Consenso de Washington é o resultado (consenso) de uma reunião realizada em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, com a presença de funcionários do governo norte-americano e representantes dos FMI, Banco Mundial e BID. Na pauta, a avaliação das reformas econômicas implementadas nos países da região.

9 VALMORBIDA, Itacir. **A formação política dos docentes da rede Pública de Ensino para além do capital: Primeiras aproximações à luz de uma leitura materialista histórico-dialética**. Dissertação de Mestrado. PPGE, Unochapecó, Dez. 2016.

10 *Idem*.

uma imensa e complexa fábrica, influenciando direta e indiretamente as condições de vida e as perspectivas de indivíduos e coletividades, povos e nações em todo o mundo”. De fato, trata-se de uma fábrica que, “como toda fábrica, literal e metaforicamente, gerenciada por poucos, em benefício de alguns e em prejuízo de muito. Suas realizações revelam-se notáveis, às vezes edificantes, muitas vezes terríficas”.⁷ Nessa linha de reflexão, é essencial destacar que, contraditoriamente, “em geral o capitalismo tem sido visto como emblema do progresso, evolução e modernização, bem como da democracia e cidadania. Mas tem sido visto também como o emblema da decadência, pauperismo e intolerância, bem como da tirania e barbárie. Parece uma fábrica enlouquecida, com a qual se produzem coisas e ilusões, tanto quanto guerras e destruições”.

No momento em que está em jogo as destruições do capitalismo neoliberal e sua ação pós-golpe, é mister lembrar que o processo de sua afirmação no início do governo Temer até os dias atuais na “conjuntura pós-golpe” é caudatário da década de 1990. Esta década significa um marco temporal no que diz respeito ao começo do processo de domínio das políticas macroeconômicas neoliberais no Brasil. A formulação e adoção destas políticas tomam por base um conjunto de recomendações contidas no documento que ficou conhecido como Consenso de Washington, elaborado em 1989.⁸ “Sugerido” pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), o Consenso tem caráter de “receituário”, ou seja, não apresentava algo de inovação. E, tudo isso, porque suas recomendações, compreenda-se ajustes e medidas já haviam sido (ou estavam sendo) implementadas com “sucesso” em outras nações da América Latina. É incontestável que bem antes, nas décadas de 1970 e 1980, as políticas neoliberais já dominavam o cenário político-econômico na maioria dos países desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos no governo de Ronald Reagan (1981-1989) e no Reino Unido, no governo de Margareth Thatcher (1979-1990).⁹

Aliado a essas reflexões, poderemos dizer que, em seu conjunto, o Consenso de Washington apresenta as seguintes recomendações: *reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado*. A ideia nodal do ideário neoliberal que o Consenso procura transmitir é que, para ocorrer expansão e desenvolvimento, é preciso privatizar tudo, desregularizar tudo, nenhum empecilho legal para a atuação do mercado. Vale lembrar que devido ao grau de dependência imposto pelo capital aos países em desenvolvimento, o termo “recomendações” neste caso, pode ser substituído sem nenhum prejuízo para o entendimento, por “imposição”. De fato, a pouca autonomia político-econômica destes países confere ao conjunto de recomendações do Consenso de Washington o caráter de condição para o acesso a novos empréstimos e cooperação financeira¹⁰. Nessa perspectiva, as políticas neoliberais do atual governo brasileiro destroem a cidadania, à

11 SILVA, Maurício. **Trama Doce-Amarga: exploração (do) trabalho infantil e cultura lúdica**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 110. Ver também REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. EDITORIAL: “Chega” da violência de destruição do Estado, chega do “apagamento” dos direitos sociais e da cidadania! “Vamos à luta!” V. 29, no. 50 2017

12 CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Brasília: EdUNB, 1997, p.27.

13 BOLETIM DO ANDES-SN-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Retrospectiva 2016**. Informativo no. 65, Brasília DF, Dezembro, 2016, p. 02.

medida em que se baseia nos pressupostos do Consenso de Washington, fomentando as reformas comerciais liberalizantes recomendadas pelo Banco Mundial e avalizadas pela Fiesp. Tal processo de destruição dos direitos sociais nos obriga a recuperar a máxima do saudoso sociólogo Florestan Fernandes, proferida em livros e conferências: “vivemos numa sociedade civil não civilizada”¹¹.

Retomando as reflexões em torno do neoliberalismo, no governo Temer, e as conseqüentes violências de destruição do Estado e do “apagamento” dos direitos sociais, convém lembrar, mais uma vez, que, de acordo com Bourdieu, o neoliberalismo se constitui “numa utopia, em vias de realização, de uma exploração sem limites, numa máquina infernal”. Seus programas científicos são convertidos em políticas de ação, que visam criar condições de realização e de funcionamento da teoria, mediante a ruptura global entre economia e realidades sociais. Essa máquina infernal se constitui num programa metódico e planejado de destruição da coletividade, sobretudo pela via da violência estrutural da exclusão e do desemprego, constituindo-se, portanto, numa “destruição da civilização”. Em síntese, trata-se de um sistema capitalista puramente especulativo, uma economia virtual, pós-moderna, que não democratiza as riquezas e nem cria novos empregos e onde os lucros são “privatizados”, mas os custos são socializados¹².

Todo esse quadro de violência (violenta escalada de repressão pós-golpe), fascismo e exceção, se insurge, para além da cultura do medo e do ódio de classe, o levante por direitos e a resistência ativa dos trabalhadores em reação a esse governo e sua pauta ultra neoliberal, sobretudo contra a reforma da Previdência e reforma Trabalhista (destruição da CLT). Tais investidas e ameaças contra os direitos dos trabalhadores se acentuaram em 2016, embora já estivessem desenhadas logo após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2014. Com efeito, o ano de 2016 e primeiro semestre de 2017, foram marcados pela resistência dos estudantes, movimentos sociais, sindicais e mulheres. Eles lutaram e lutam contra as injustiças sociais impostas pelo ilegítimo governo e os setores mais retrógrados da sociedade, no sentido de barrar a aprovação das diversas Emendas (in) constitucionais, medidas provisórias e projetos de Lei que se insurgiram para destruir os direitos sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora. Esse imbróglio foi seguido e continua sendo na atualidade sob a propaganda mentirosa da mídia corporativa (Rede Globo de Televisão e outras), da criminalização dos movimentos sociais, da repressão brutal e covarde das manifestações de resistência a essas medidas ilegais e repressoras. Além disso, o Estado de exceção instituiu a lei antiterrorismo, os ataques ao direito de greve e de livre manifestação, a violência e intolerância contra negros e negras, LGBT, mulheres, indígenas e populações empobrecidas das periferias das diversas cidades brasileiras; tendo como elemento a legitimidade questionável e anti-cidadã da mídia burguesa¹³.



Diante desses estragos no governo atual, não podemos olvidar que a democracia que temos e suas instituições foram capturadas pelo poder econômico e deixaram de defender o interesse público. Nesse sentido, o grande desafio dos educadores e demais categorias profissionais, movimentos sociais e sindical – é resgatar a democracia, a duras penas conquistada, e recuperar o controle político e democrático sobre a economia. Esses procedimentos e lutas cidadãs são de suma relevância, considerando que “os sentidos da democracia continuam em disputa e as mobilizações sociais contra a destruição de direitos são cada vez mais importantes”. Nessa linha de pensamento, “a democracia e direitos sociais são irmãos gêmeos”¹⁴. Para garantir uma democracia de novo tipo, será preciso construir preceitos, práticas e políticas democráticas, capazes de colocar no centro das preocupações o verdadeiro bem-estar das populações e de controlar os grandes grupos econômicos e financeiros em defesa do interesse público.

14 CACCIA-BAVA, Silvio. **Editorial: As grandes empresas e a corrupção**. LE MONDE DIPLOMATIQUE, Ano 10, n. 117, p.3

A Educação Temer(ária)

As reflexões sobre o neoliberalismo e a destruição do Estado e a violência do “apagamento” dos direitos sociais, em seu sentido mais amplo, pode ser compreendidas como uma “Educação Temer(ária), uma educação que não atinge apenas os trabalhadores da educação, mas a todos os trabalhadores, a toda a sociedade civil. O termo educação Temer(ária), cunhado por Frei Betto¹⁵, é aqui tomado para pensarmos nas repercussões teórico-práticas, epistemológicas e ideológicas para a educação no governo atual. Grosso modo, podemos evocar algumas distorções e destruições nas políticas educacionais, provocadas pelo atual governo Temer-Mendonça para a educação brasileira, a saber: a reforma do Ensino Médio, as tentativas de privatização da educação (mercantilização), a onda de repressão prometida e já em prática da chamada “Lei da Mordada” (Escola sem Partido), a reforma do Ensino Médio e suas consequências para a juventude, a retirada das questões de gênero da BNCC (Base nacional Curricular Comum) entre outras.

A Educação Temer(ária), de acordo com Frei Betto, contém muitos equívocos e perguntas que precisam de esclarecimentos, quais sejam: O que se pretende ao falar em educação escolar? Formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho? Conceber diplomas que enriqueçam currículos? Favorecer o acesso a melhores salários? Essas questões são essenciais, sobretudo, considerando que grande parte delas, surge do ideário neoliberal e pós-moderno, cujas premissas se assentam, em pleno século XXI, na fé no livre mercado “como capaz de distribuir riquezas e sanar desigualdades sociais”; fato este nunca comprovado pelos fatos históricos¹⁶. Outra questão a ser considerada nesse tipo de educação excludente e repressora, reside de que “a escolaridade deixa de cumprir o seu papel quando

15 BETTO, Frei. **Educação Temer(ária)**. REVISTA CAROS AMIGOS. Ano XIX, n. 239, p.30.

16 Id. Ibid.

não forma consciência crítica e protagonismo social. A liberdade humana não pode ser confinada à mera escolha de diferentes produtos da prateleira do supermercado. Deve ter a como fundamento, não a preferência do consumidor, e sim os direitos do cidadão e da ética em sua amplitude social”¹⁷.

17 Id. Ibid.

Na opinião do autor, não se pode educar sem suscitar nos educandos o sentimento de indignação diante das injustiças e a esperança da possibilidade da construção de outra sociedade calcada em outros valores humanos e societários. Nesses termos, pensamos junto com Mészáros sobre a necessidade da construção de uma “educação para além do capital” ou seja, superar a ideologia do capital, na qual a educação é, ela mesma, uma mercadoria.

Isto significa dizer que, o que está em pauta no projeto do governo Temer é um processo de crise civilizatória, ético-política, imersa na ordem da reprodução do capital, cujo cotidiano local e global nos leva a viver, de maneira crescente, as mazelas perversas da “sociedade das desigualdades e da devastação”. Assim sendo, “se o presente desenhar o futuro, estaremos indo para barbárie, para a violência, para a miséria e para a exclusão de populações cada vez maiores, para o colapso ambiental, para os regimes políticos autoritários, repressivos, ou melhor dizendo: fascistas”. Diante desse quadro, precisamos, primeiramente, quebrar os paradigmas atuais e, nessa direção: pensar concretamente numa sociedade “para além do capital”; descolonizar nossa mente no âmbito político; gerar uma nova proposta civilizatória e, por fim, superar o modelo de sociedade organizada para atender às necessidades de acumulação para uma sociedade orientada para atender às necessidades dos seus cidadãos; pensar numa sociedade que supere a gestão privada dos bens públicos (propriedade privada dos meios de produção da vida). Isso tudo, deve ser a teoria e prática de um projeto de uma nova sociedade, onde haja respeito aos direitos humanos e, consecutivamente, a distribuição da riqueza que possa reduzir substancialmente a pobreza e a desigualdade social¹⁸.

18 Idem

Uma educação para além do capital, requer que enfrentemos a crise do sistema público de ensino que, pressionado pelas demandas do capital, pelo consequente esmagamento dos cortes e recursos dos orçamentos públicos, termina por ceder à lógica neoliberal do Estado Mínimo e da mercantilização da educação, na qual “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”. Nesse sentido, é preciso que, no lugar da educação neoliberal, pensemos numa educação emancipatória, na qual os espaços educacionais não reproduzam a dimensão ética e estética dos shopping centers, calcados na lógica do consumo e do luro¹⁹.

19 Id. Ibid.

Concluindo suas ideias sobre a Educação Temer(ária), Frei Betto diz o seguinte: “Essa educação temer(ária) só contribui para aprofundar a negação de todos os direitos conquistados a partir da Constituição de 1988. {...} Felizmente, os próprios alunos estão assumindo seu

protagonismo social e ocupando as escolas para exigir melhorias do ensino. Eles sabem que governo é como feijão, só funciona na panela de pressão”.

Com efeito, a classe trabalhadora e a juventude, fortaleceram e seguindo na unidade da luta, não se intimidando diante do recrudescimento conservador do governo ultraliberal do governo Temer. Por todas essas lutas, não se pode subestimar a emblemática reação da juventude secundarista, que realizou de maneira corajosa, conseqüente e militante, as ocupações das escolas e universidades. Além disso, posicionaram-se contra a “Escola sem Partido”, mesmo perante a forte ofensiva de governos estaduais e municipais, do próprio Temer e da justiça. Eles se mantiveram firmes na luta contra ações que destroem a educação, se constituindo e num poderoso e emblemático foco de resistência e de formação política de milhares de jovens espalhados pelos diversos rincões do Brasil²⁰.

A Lei da Mordaza: Escola sem Partido²¹

A política educacional brasileira, na contracorrente não apenas do pensamento crítico, como do mais simples bom senso, favorece cada vez mais a emergência de projetos escabrosos, como é o caso do *Escola sem Partido* (ESP). O programa foi criado em 2004 e transformado em Associação em 2015, por Miguel Nagib, advogado de Brasília. Expressando interesses conservadores e por eles fomentado, o ESP prolifera sob a forma de projetos de lei em todas as esferas da federação. Com esse nome ou assemelhado – Escola Livre, Escola sem Política Partidária, Liberdade de Consciência, Gênero, Assédio Ideológico –, contabiliza-se, no momento, em torno de onze projetos estaduais, vinte e três municipais, nove na Câmara dos Deputados Federais e um no Senado.

Os eixos em comum podem ser apreendidos em dois Projetos de Lei (PL). O PL 193/2016²², do Senador Magno Malta, do Partido da República do Espírito Santo, pretende adicionar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/1996, o seguinte: “O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.” O PL 867/2015²³, do Deputado Federal Izalci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira do Distrito Federal, propõe nova redação ao Art. 1º. da LDBEN: “Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do ‘Programa Escola sem Partido’”. Tal mudança significaria a incorporação, entre outros descalabros, de ideias como: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como

20 BOLETIM DO ANDES-SN-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Retrospectiva 2016**. Informativo no. 65, Brasília DF, Dezembro, 2016, p. 02.

21 A Lei da mordaza ou o projeto de lei “escola sem partido” é um atentado a à educação brasileira, disfarçado de neutro o projeto se aprovado brasileira. Disfarçado de neutro, o projeto, se aprovado, retira a autonomia dos professores e o olhar crítico dos alunos perante a em relação à sociedade. <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/redacoes/lei-da-mordaca.htm>

22 BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

23 BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (Art. 3º.)” e “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária (Art. 4º.)”. Esse rol vem acompanhado da imposição às escolas públicas de afixação “nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas. (Art. 4º.)” No caso de não cumprimento das disposições legais – caso aprovadas – os professores poderão ser delatados e receber “notificação extrajudicial anônima”. São muitos os seus acólitos, a exemplo de Silas Malafaia e Jair Bolsonaro e mais de doze partidos políticos. Chama particular atenção a página *De olho no livro didático*, de Orley J. da Silva, na qual afirma que “Cada vez mais é possível observar a adesão de jovens às religiões brasileiras de matriz africana, sobretudo os de ascendência negra [...]”²⁴.

24 SILVA, Orley J. da. Candomblé e umbanda em livros didáticos/2016 do MEC para o ensino fundamental. *De olho no livro didático*. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Nosso leitor deve ter ficado pasmo com tais proposições e não sem razão. Os excertos elencados evidenciam largamente o cenário frente ao qual estamos: uma legislação que pretende intimidar e criminalizar professores que discutam em suas aulas questões relativas à sexualidade, política e religião. Claro está que se trata de coibir qualquer debate acerca da história do Brasil e suas questões candentes, como são as da sexualidade, política e raça, esta transfigurada sob a forma religiosa, supostamente anti-cristã. O fenômeno da judicialização da escola forjou sua agenda: contra as Ciências Humanas; contra a liberdade sexual e a família ampliada; contra a história e a cultura afrodescendente; contra os indígenas (por elisão da sua figura); contra a escola pública.

O ataque aos professores e alunos pensantes espalhados por milhares de escolas públicas faz parte do processo que o país vive desde o ano de 2016, quando a burguesia reacionária, conservadora, vetusta, organicamente articulada ao grande capital, impõe um retrocesso em todas as frentes da vida social e econômica. O ESP difunde o ideário de escola neutra, de conhecimento anistórico (**a-histórico?**), de professor inconsciente e de aluno incapaz de pensar. Nessa esparrela não cairemos, pois sabemos bem que a ela subjaz um movimento insidioso que tem em vista manter as relações capitalistas de produção que produziram, em escala planetária, níveis de concentração de pobreza e de riqueza jamais vistos.

Em suma, a ESP ou a Lei da Mordaça, conforme se pode perceber na ilustração da capa, criada pela mestrandia Aryana Rech, contém ideias perigosas para o pensamento livre e para uma educação emancipatória. Este, em suas entrelinhas, se insurge como projeto de lei contra a militância

partidária, predominantemente, realizado pelo pensamento de esquerda e anticapitalista. Esse projeto, disponibiliza uma notificação que ameaça os professores que abordarem sexualidade e diversidade de gênero. O projeto também se configura como constrangimento ao exercício profissional, constituindo-se, portanto, numa enorme contradição para quem diz defender a “pluralidade”. Trata-se de uma proposta que representa o caminho oposto dos países de alto desempenho na educação: Estados Unidos, que em alguns estados, oferecem educação sexual desde o século XIX; além da Nova Zelândia, Suécia, Finlândia e França. Curiosamente, no Brasil, a bancada hiperconservadora do Congresso Nacional, autoritariamente, quer proibir o debate aberto e não-opressor entre professores e alunos em sala de aula, pretendendo, assim, formar crianças, jovens e trabalhadores adultos, em geral, sem capacidade de reflexão crítica para intervir na realidade²⁵.

25 “Escola sem Partido”: Doutrinação comunista, coelho da Páscoa e papai Noel. www.geledes.org.br Blog do Sakamoto.

Nesta edição, a Revista Pedagógica conta com quinze textos, que dialogam com diversos aspectos da *práxis* pedagógica e do cotidiano da escola. A seguir, apresentaremos cada um deles, de forma breve, a exemplo de como sempre fazemos, para nossos leitores e leitoras poderem ter uma noção inicial do que cada um trata, seus autores e autoras e o foco de abordagem.

Seção de Artigos

O primeiro artigo, “La pedagogiacrítica como um instrumento para viabilizar los efectos de la hegemonización del currículo y su vinculación com el fracaso escolar: um estudio de casos em el Liceo Rural San José Del Amparo em el año 2014-2015”, de Esteban Orias Sarmiento, de Costa Rica (Liceo San José del Amparo – Ministério de Educação da Costa Rica), é uma tentativa de demonstrar que parte do fracasso escolar está intimamente conectado ao descompasso entre o currículo que não respeita a realidade escolar e sócio-econômica dos estudantes, bem como, dessa forma, é gerador de exclusão e marginalidade.

O segundo texto, “Ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual”, de Paulino de Jesus Cardoso (UDESC), presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, trata de temas atuais da educação brasileira, desde a constituição do estado de exceção de 2016 e seus impactos para a formação acadêmica no Brasil, de modo especial, à comunidade negra, demonstrando como a branquitude elitista se constitui como obstáculo a garantia de acesso aos direitos sociais.

O próximo texto, “A decadência ideológica e a produção científica na educação física” de autoria de Edson Marcelo Húngaro (Universidade de Brasília - UnB), Amanda Corrêa Patriarca (UNICAMP) e Sílvia Sanchez Gamboa

(UNICAMP), trata da ideologia na produção de conhecimento na área da Educação Física, afirmando ser necessário superar as contradições para “[...] consolidar o campo científico da Educação Física e resgatar seu compromisso com a promoção do ser humano”.

No quarto texto, “Literatura y interculturalidad: experiencias didácticas em el centro de literatura infantil y juvenil”, a autora costarricense María Patricia Quesada Villalobos (Universidad de Costa Rica- UCR), aborda a questão do Centro de Literatura Infantil como estratégia de aprendizagem intercultural, inclusive problematizando como os autores vêm trabalhando a questão das personagens negras e indígenas nas suas produções literárias.

Na sequência, em “Utopia: a partir do “bom selvagem” para o outro”, Daniel Carlos Berisso (UBA – Universidad de Buenos Aires – Argentina), brinda-nos com uma reflexão sobre utopia e alteridade, na relação entre Rodriguez, Freire e Dussel, numa rede de conceitos que passam pela ética, pedagogia e filosofia latino-americana.

O sexto artigo, “Memórias e experiências do fazer-se professor (a) de séries iniciais, no município de Rio dos Índios – RS (1960-1970)”, de Elison Antônio Paim (UFSC) e Gilberto Luiz Salini (Prefeitura de Rio dos Índios – Museu Municipal Otacílio Tizziani), trata da experiência profissional e das memórias no seu fazer-se professor, trabalhando nas Séries Iniciais, na área rural de um município do Rio Grande do Sul, apoiando-se em fontes orais em entrevistas, contribuindo para um resgate histórico, inclusive, da história do referido município.

No sétimo artigo, “Perfil do absenteísmo docente na rede municipal de educação de Belo Horizonte/MG no período de 2011 a 2104”, Gioconda Machado Campos (UFMG) e Daysi Moreira Cunha (UFMG), apresentam-nos uma profunda análise do estudo longitudinal realizado por elas sobre o “[...] fenômeno do absenteísmo entre os cargos públicos de professor municipal, professor municipal de Educação Infantil e pedagogo [...], estabelecendo que o absenteísmo ocorre de modo muito semelhante nos três cargos em questão.

No próximo texto, “O papel das famílias e da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis de crianças escolares”, de autoria de Alcione Aguiar Souza (UFMG) e Matilde Meire Cadete (Centro Universitário UNA), temos uma revisão de literatura nas plataformas SciELO e LILACS, sobre artigos que tratam dos comportamentos alimentares e hábitos saudáveis em crianças, o que corre sério risco devido ao sobrepeso e obesidade, concluindo que a escola cumpre papel fundamental nesse processo de saúde alimentar.

O artigo seguinte, “Identificação e compreensão de sintomas depressivos na infância em contexto escolar: desafios contemporâneos do educador”, de Marlene Nogueira Pinheiro (FAROL), Wyara Dimas Campos Sousa (FAROL), José Ricardo Teles Feitosa (UFPR) e Eraldo Carlos Batista

(Faculdade São Paulo - FSP), aborda a questão da depressão na infância, tendo o educador como um sujeito importante na percepção do problema junto às crianças, pois há perdas no processo de aprendizagem e desinteresse do estudante depressivo nas atividades pedagógicas.

O décimo artigo, “Uma análise das teorias educacionais e seus impactos na formação étnico-raciais na escola, nas políticas educacionais e nos manuais didáticos para formação no Ensino Fundamental em Mariana-MG”, de Marcelo Donizete da Silva (UFOP), analisa as teorias educacionais contemporâneas e a difusão da cultura étnico-racial, tendo como objeto de análise os manuais didáticos de História do Brasil e Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, buscando dar uma contribuição para maior visibilidade do negro na história do Brasil e permitindo uma maior emancipação da população em questão, tendo como lócus da pesquisa o município de Mariana-MG.

Na sequência, temos o artigo “Movimentos sociais populares do campo no Oeste catarinense”, de professores da UNOCHAPECÓ, Odilon Luiz Poli, Rosana Maria Badalotti e Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto, versando sobre os processos educativos e os movimentos sociais no Oeste de Santa Catarina. Os autores tratam, através de uma revisão bibliográfica e documental, desde o surgimento dos movimentos sociais nessa região, bem como a sua contribuição para a constituição da atual dinâmica de desenvolvimento, demonstrando como foram decisivos os processos formativos-educativos desenvolvidos por algumas instituições possibilitando que os agricultores pudessem ressignificar sua leitura de mundo.

O décimo segundo texto, “Uma reflexão sobre uma modalidade de educação para sensibilização ambiental”, de Ari Silva Gobira (Centro Universitário UNA) e Áurea Regina Guimarães Tomasi (Centro Universitário UNA), consiste em uma reflexão sobre a Educação Ambiental e a questão específica da formação dos educadores ambientais, como eles potencializam o desenvolvimento dos territórios onde praticam a EA, superando a visão de que é uma prática da área das Ciências Naturais.

O próximo artigo, “A criança com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: estratégias e ações para educadores”, de Alex Garcia Cunha (Faculdade Patos de Minas – FPM) e Halley Santos (Faculdade Patos de Minas – FPM), aborda o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, sintomas, diagnósticos e tratamento, a partir de uma revisão bibliográfica, na qual são focalizadas as estratégias mais bem-sucedidas para os educadores utilizarem, numa tentativa de melhorar a saúde e o aprendizado das crianças.

O décimo quarto artigo, “Alunos com autismo: um estudo dos tempos e dos espaços de escolarização”, de autoria de Márcia Doralina Alves (UFMS), Taís Guareschi (UFMS) e Maria Inês Naujorks (UFMS), trata de alunos com autismo, focalizando tempos e espaços de escolarização.

zação ao longo da história até a inserção deles no sistema comum de ensino, buscando questionar a questão da singularidade e das necessidades especiais destes estudantes.

Seção Caminhos Abertos

O último artigo, “Problematizando a queixa escolar: efeitos dos discursos PSI nos familiares dos alunos em situação de insucesso escolar”, de autoria de Célia Ratusniak (UnC – Universidade do Contestado), Carla Clauber da Silva (Universidade da Região de Joinville) e Thaymã Sznycer (UnC – Universidade do Contestado), problematiza os discursos que patologiza as dificuldades de aprendizagem de alunos com TDAH, transtorno de conduta ou fracasso escolar, fruto de um projeto de extensão da Universidade do Contestado, tendo como resultado o foco de romper com a medicalização e a culpabilização dos estudantes.

Seção Textos audiovisuais

Nesta seção, disponibilizamos sempre um constructo audiovisual (vídeos, curtas metragens, documentários e outras produções) que tragam para o debate as questões pungentes relativas à Educação. Nessa edição, trazemos para apreciação o documentário “Lute como uma menina”, de autoria de Flávio Colombini e Beatriz Alonso. O movimento que abalou São Paulo, em 2015, é a inspiração desse documentário, concluído no início deste ano, e agora disponível no Youtube. O ativismo autônomo dos secundaristas, não ligados a organizações tradicionais, obrigou o estado a recuar a imposição de um projeto de “reorganização” que implicaria fechamento de centenas de salas de aula e levou à queda de um secretário da Educação. O filme celebra novas energias em movimento e estimula a luta estudantil em defesa da educação. As imagens retratam ocupações em São Paulo, no ano passado, e destaca o papel da energia feminina para o processo de formação política da juventude²⁶.

26 [www.redebrasilatual.com.br > Educação > 2016. http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/documentario-lute-como-uma-menina-e-lancado-no-youtube-3726.html](http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/documentario-lute-como-uma-menina-e-lancado-no-youtube-3726.html)

Com efeito, em que pese o obscuro cenário em que estamos imersos, precisamos registrar que Revista Pedagógica tem motivos para estar em festa! Nas atualizações do Qualis Educação: em 2012 passou de B5 para B4 e, na atual avaliação, para B2. Além disso, recebeu Qualis B1 na área do Ensino e Qualis B3 na área Interdisciplinar. Como essa é nossa área de atuação, estávamos num misto de empolgação e apreensão por saber se todo o esforço empreendido nos últimos anos, em prol de qualificar nossa publicação científica, daria resultado, e deu!

É relevante, a título de esclarecimento, mencionar algumas das principais atividades que empreendemos no

intuito de qualificar a Revista Pedagógica. Dentre elas, ressaltamos a questão da ampliação dos indexadores, inserindo-nos no **Dialnet** da Espanha – importante indexador da área das Ciências Humanas; na **REDIB** da Espanha – que reúne mais de 1.800 revistas iberoamericanas; na **Edubase** do sistema de bibliotecas da Unicamp – um dos mais importantes do Brasil; e estamos presentes também no sistema de busca do **Google Acadêmico**.

Por fim, no mesmo patamar de importância, registramos a aquisição do código DOI para todos os artigos da Revista Pedagógica, inclusive das edições antigas. O DOI é, hoje, um pré-requisito para que possamos nos inserir nos indexadores de alto nível e impacto acadêmico-científico, proporcionando alta credibilidade ao periódico e segurança aos autores e autoras que publicam conosco, pois esse código é a identidade digital do artigo na internet, tornando-o único e garantindo o monitoramento das citações.

É importante destacar que tais atividades foram possíveis pela inserção de três bolsistas mestrandas, como componentes da equipe: Ketherine Nardi, Daniela DalCin e Cleonice Lazarotto (PPGE), cuja atividade consiste na indexação da nossa revista no Edubase da UNICAMP. Destacamos também a atuação do Mestrando Juliano Vitória Domingues (PPGE), no que se refere ao processo de digitalização de todas as edições impressas da Revista Pedagógica, o que permitiu já estarem no ar algumas edições da década de 1990 e início do ano 2000. É, pois, nosso propósito resgatar a memória da Revista. Já é possível navegar pelo site e conhecer a nossa história!

Tão importante quanto atingir esse patamar é a luta que teremos doravante para nos manter nesse padrão qualidade, lutando pela sua elevação, o que implica no aprimoramento dos processos internos para continuar crescendo e oferecendo para a comunidade acadêmica da pós-graduação em articulação com a graduação, um veículo importante para a publicação da pesquisa científica. Para além desses desafios e compromissos como editores da Revista Pedagógica, acreditamos que não basta ter um bom qualis, mas sim, garantir a socialização de conhecimentos de relevância acadêmico-social.

Finalmente, desejamos uma leitura crítica e propositiva, eivada de novas resistências, força na luta e FORA TEMER com sua “Educação Temer(ária)”. Assim, despedimo-nos evocando os versos de Eduardo Alves Costa “No caminho com Maiakovski²⁷, cujos versos se assemelham, em parte, com o poema de Berthold Brecht na epígrafe de abertura desse editorial.

*Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.*

*E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada.*

27 Este poema é de autoria de Eduardo Alves da Costa e não de Maiakovski como tem sido veiculado erroneamente, em particular um trecho da segunda estrofe. COSTA, E. *No Caminho com Maiakovski [poesia reunida]*. 1. ed. São Paulo: Geração editorial, 2003, p. 47-49.)

*Até que um dia, o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.
Vamos ao campo
e não os vemos ao nosso lado, no plantio.
Mas ao tempo da colheita
lá estão
e acabam por nos roubar
até o último grão de trigo.
Dizem-nos que de nós emana o poder
mas sempre o[s] temos contra nós.
Dizem-nos que é preciso
defender nossos lares
mas se nos rebelamos contra a opressão
é sobre nós que marcham os soldados*

Maurício Roberto da Silva
Ivo Dickmann
Maria de Lourdes Bernartt

Editores

Olinda Evangelista
(Editora associada nesta edição)